

ECONOMIA

Perdão de R\$ 1 bilhão em dívidas de igrejas nas mãos de Bolsonaro

Débitos já autuados pela Receita também serão anistiados se a lei for sancionada até sexta-feira

MARTHA IMENES
martha.imenes@odia.com.br

Menos R\$ 1 bilhão no cofre do governo, este é o valor da dívida tributária das igrejas evangélicas que o Congresso quer perdoar. A decisão está nas mãos do presidente Jair Bolsonaro, que tem até sexta-feira para vetar ou não a lei. A equipe econômica não dá aval para o perdão, mas a bancada evangélica - base de Bolsonaro - pressiona para o Leão não dar essa mordida.

Caso o presidente Bolsonaro não sancione a lei, a bancada evangélica pode derrubar o veto presidencial. Hoje são necessários 257 votos de deputados e de 41 senadores para derrubar um veto. Somente a bancada evangélica, principal beneficiada pela lei, tem 195 deputados e oito senadores. “É um jogo de cartas marcadas: o presidente pode muito bem vetar a lei e fazer um acordo com o Centrão e eles derrubarem o veto para evitar um desgaste político neste momento”, avalia o presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Unafisco), Mauro Silva.

Silva chama atenção para a inconstitucionalidade da lei

aprovada no Congresso: “O perdão de dívidas já autuadas pela Receita entrou como um ‘jabuti’ na lei que discutia precatórios e foi aprovada pelo Congresso. Um assunto nada tinha a ver com o outro”, adverte. E alerta para outro ponto: “Os parlamentares aprovaram a retroatividade da lei. Ou seja, dívidas anteriores também serão perdoadas”.

EMENDA 'JABUTI'

O deputado federal David Soares, filho de R.R. Soares, foi autor da emenda que introduziu,

Hoje são necessários 257 votos de deputados e de 41 senadores para derrubar um veto

durante a votação na Câmara dos Deputados, o perdão que pode beneficiar a Igreja Internacional da Graça de Deus, fundada pelo pai. A instituição tem R\$ 144 milhões inscritos na Dívida Ativa da União, além de outros débitos milionários ainda em fase de cobrança administrativa pela Receita.

“A anistia às dívidas vai fazer faltar recursos, principalmente, para a seguridade social”, alerta Mauro Silva.



Bolsonaro e R.R. Soares, fundador da Igreja Igreja Internacional da Graça de Deus, que acumula R\$ 144 milhões em débitos na Dívida Ativa

DIVULGAÇÃO

NÚMEROS

R\$ 144 MI

Valor da dívida inscrita da igreja fundada por R.R. Soares, pai do deputado que fez a emenda que perdoa os débitos.

R\$ 1,6 BI

Total de débitos inscritos na Dívida Pública da União. A igreja do pai do deputado é a quem tem a terceira maior dívida tributária.

195

Número de deputados federais que fazem parte da bancada evangélica. No senado são oito.

Distribuição de lucros

► As igrejas são alvos de autuações milionárias por driblarem a legislação e distribuírem lucros e outras remunerações a seus principais dirigentes e lideranças sem efetuar o devido recolhimento de tributos. Embora tenham imunidade de pagamento de impostos, o benefício não afasta a cobrança de contribuições (como a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, a CSLL, ou a contribuição previdenciária).

Esses dois tributos são justamente os alvos da anistia aprovada pelo Congresso Nacional por meio

do projeto de lei 1581/2020, que trata de descontos em pagamento de precatórios (valores devidos pela União após sentença definitiva na Justiça). “Contribuição não é imposto”, adverte Mauro Silva, presidente da Unafisco.

A emenda exclui as igrejas do rol de contribuintes da CSLL, ampliando o alcance da imunidade prevista na Constituição. O texto ainda diz que “passam a ser nulas as autuações feitas” com base no dispositivo anterior à proposta recém-aprovada - ou seja, elimina a dívida.



Mauro Silva, da Unafisco: vai faltar dinheiro para seguridade social

Anistia a autuações antes de 2015

► Outro artigo dentro da emenda ‘jabuti’ apresentada pelo deputado David Soares e aprovada no Congresso declara “nulas as autuações emitidas” pela Receita Federal antes de outra lei, de 2015, que buscava frear as autuações sobre a prebenda, como é chamado o valor recebido pelo pastor ou líder do ministério religioso por seus serviços.

A prebenda é isenta de contribuições à Previdência, desde que seja um valor fixo, mas o Fisco começou a identificar pagamentos variáveis, com características de participação nos lucros ou bonificações a quem tem os maiores “rebanhos” de fiéis. Os auditores começaram então a lançar autos de infração e cobrar os tributos devidos com multas e encargos, segundo informações da Agência Estado.

Reunião com deputado e secretário da Receita

► A pressão é tanta que Bolsonaro chegou a se reunir no Palácio do Planalto com o deputado federal David Soares (DEM-SP) e com o secretário especial da Receita Federal, José Barroso Tostes Neto, no final de agosto para debater o assunto. O deputado rebateu: “Isso aí é uma reunião com o presidente, eu não tenho

nada a declarar”.

A equipe econômica já alertou o presidente de que um eventual perdão das dívidas traria prejuízo gigantesco às contas públicas. Para se ter uma ideia, a Igreja Internacional da Graça de Deus, fundada por R. R. Soares, pai do deputado David Soares, acumula R\$ 144 milhões em débitos inscritos na Dívida

Ativa da União - terceira maior dívida numa lista de devedores que somam passivo de R\$ 1,6 bilhão. A mesma igreja ainda tem outros dois processos em curso no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) que envolvem autuações de R\$ 44 milhões.

Já a Igreja Universal do Reino de Deus, do bispo Edir

Macedo, segundo levantamento do jornal Estado de S. Paulo, tem seis processos em andamento no Carf, última instância administrativa para recorrer às autuações do Fisco. A Universal afirmou que “paga rigorosamente todos os tributos que são devidos e, assim, não deve qualquer valor à Receita”.



“É um jogo de cartas marcadas: o presidente pode muito bem vetar a lei e fazer um acordo com o Centrão e eles derrubarem o veto”

MAURO SILVA, presidente da Unafisco

DIA A DIA

CAIXA LIBERA R\$ 50 MILHÕES EM MICROCRÉDITO DO PRONAMPE

A Caixa Econômica Federal disponibilizou R\$ 50 milhões em microcrédito. Na última quinta-feira, o Ministério da Economia aumentou o limite da Caixa para contratação pelo Programa Nacional de Apoio

às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe) em R\$ 2,55 bilhões.

Dentro desse novo limite, a Caixa direcionou R\$ 50 milhões para beneficiar cerca de 3 mil microempresas.

BC APONTA QUEDA MAIOR DO PIB: 5,31%

Economistas do mercado financeiro ajustaram sua estimativa média e passaram a prever um tombamento maior do Produto Interno Bruto (PIB) de 2020. Com isso, a projeção de queda da atividade neste ano passou de 5,28% para 5,31%.

O PIB é a soma de todos os bens e serviços produzidos no país e serve

para medir a evolução da economia. A expectativa faz parte do boletim de mercado, conhecido como relatório “Focus”, divulgado ontem pelo Banco Central (BC). Os dados foram levantados na semana passada em pesquisa com mais de 100 instituições financeiras.

ARROZ SUBIU 100% EM 12 MESES

O preço do arroz disparou nos supermercados: um pacote de cinco quilos, normalmente vendido a cerca de R\$ 15, chega a custar R\$ 40 na gôndola. Levantamento feito pelo Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea), da Esalq/USP, mostra que a alta do arroz chega a 100% em 12 meses.

Na semana passada, o presidente Jair Bolsonaro pediu “patriotismo” aos supermercados para segurar os preços de itens da cesta básica. “Estou pedindo um sacrifício, patriotismo para os grandes donos de supermercados para manter na menor margem de lucro”, disse.